

ano 6 - n. 10 | janeiro/junho - 2021
Belo Horizonte | p. 1-252 | ISSN 2446-9823
R. Int. de Dir. Púb. – RIDP

**Revista Internacional de
DIREITO PÚBLICO**

RIDP

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Considerações críticas ao conceito de *compliance*

Ricardo Marcondes Martins	9
1 O que significa <i>compliance</i> ?.....	9
2 <i>Compliance</i> e burocracia.....	12
3 Direito administrativo e <i>Common Law</i>	14
4 <i>Compliance</i> e o contexto cultural brasileiro	15
5 <i>Compliance</i> na doutrina brasileira.....	18
6 <i>Compliance</i> e neocolonialismo	19
7 Conclusões	21
Referências	22

The identity clause in CJEU jurisprudence during the Covid period

Dimitris Liakopoulos	25
1 Respect for national identity through CJEU jurisprudence	26
2 Identity clause and other provisions of primary law relating to state prerogatives protection.....	37
3 Justice (of violation) of the duty enshrined in art. 4, par. 2 TEU. Methodological clarifications for a critical study of EU jurisprudence on member states national identity.....	41
4 A possible categorization of the use of art. 4, par. 2 TEU a) national identity as a validity parameter of secondary legislation	44
5 (Follows) National identity as an exception to EU law application	47
6 (Follows) National identity and form of government.....	48
7 (Follows) National identity and language protection of a member state	52
8 (Follows) National identity and protection of fundamental rights	59
9 (Follows) National identity and division of responsibilities within a Member State	64
10 National identity as a limit to the application of EU law.....	68
11 The casuistic approach adopted by CJEU in use of art. 4, par. 2 TEU: Elements of continuity and discontinuity with respect to the pas.....	75
12 Concluding remarks.....	79

A aplicação do direito estrangeiro

Benigno Núñez Novo	87
1 Introdução	87
2 Desenvolvimento	89
3 Considerações finais.....	93
Referências	94

A evolução histórica do direito internacional

Benigno Núñez Novo	97
1 Introdução	97
2 Desenvolvimento	98
3 Conclusão	102
Referências	103

Análise histórica da União Europeia

Benigno Núñez Novo	105
1 Introdução	105
2 Desenvolvimento	107
2.1 Valores	107
2.2 Dados econômicos.....	110
3 Conclusão	111
Referências	112

Saúde mental em época de pandemia de Covid-19: endereçamento de ações institucionais

Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra, Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualetto, Renata Miranda Lima, Regina Célia Martinez	113
--	-----

Um panorama da Lei de Mediação, o Código de Processo Civil e a Covid-19

Aline Gisele Araújo Miranda de Moraes, Benigna Araújo Teixeira Maia	129
Introdução	129
1 Mediação	130
1.1 Mediação: considerações iniciais	130
1.2 A Lei de Mediação	131
1.3 O Código de Processo Civil e a mediação.....	132
2 Conciliação por videoconferência: prevenção à pandemia, inclusão e o futuro.....	135
3 Conclusão	137
Referências	139

Mediação e arbitragem – Autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública

Nadia Cristina Batista	141
1 Introdução	141
2 Breve contexto histórico sobre a mediação e o seu surgimento no Brasil	142
2.1 Mediação na Administração Pública: autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público	146
2.2 Finalidades da mediação	150
2.3 Características da mediação	151
2.4 Atribuições do mediador: habilidades e capacitação	152
3 Breve histórico sobre a arbitragem e o seu surgimento no Brasil	156
3.1 Conceito e aspectos gerais da arbitragem – Com enfoque na Administração Pública, com base na Lei nº 13.129/2015	159
3.2 Vantagens e desvantagens da arbitragem	162
4 Conclusão	163
Referências	165

O fluxo migratório dos haitianos de acordo com a escassez de políticas públicas satisfatórias

Yuri Valladão Carvalho, Renan de Marco D'Andreia Maia	169
1 Introdução	169
2 A República haitiana e os principais comandos ditatoriais que consubstanciaram a imigração dos povos.....	170
3 Os desastres naturais e a sua contribuição migratória	176
4 Principais destinos migratórios dos haitianos	180

4.1	Estados Unidos	180
4.2	Canadá	181
4.3	México	182
4.4	Guiana Francesa	183
4.5	Peru	184
4.6	Chile	185
5	Considerações finais	186
	Referências	186

Vale a pena uma Constituição como a nossa?

Ivan Barbosa Rigolin	189
Origem	189
Sucessão de emendas	190
A Constituição Cidadã	191
Reforma administrativa e reformas previdenciárias	192
Direito autônomo pendurado na Constituição	192
Detalhismo, insignificâncias e inutilidades	193
Direitos sociais	194
Eficácia extremamente contida. Normas programáticas	195
Assistematicidade	196
Prevalência de alguns artigos. Cláusulas pétreas	196
Uma impressão final	198

Os afetos circulantes na sociedade em tempos de autoritarismo e os mecanismos jurídicos de concretização da violência

Nathalia Hóss Rocha	201
Introdução	201
1 Os limites da democracia e a ascensão do autoritarismo: uma tendência mundial	202
2 Estrategismo político	204
2.1 A criação de um mito	205
2.2 O papel da propaganda	208
2.3 As teorias conspiratórias	211
3 A utilização das afecções	213
4 O Direito no interior da autocracia	215
4.1 O Estado de exceção e o conceito de soberania	215
4.2 Lei e Ordem	217
4.3 A criação de um inimigo comum	219
5 Os afetos circulantes em tempos de Jair Bolsonaro	222
5.1 Impressões de um psicanalista	227
6 A instrumentalização dos mecanismos jurídicos	231
Referências	236

Tratamento concedido aos refugiados pelo sistema público de saúde e pelo Estado brasileiro em meio à pandemia da Covid-19

Camila Ramos Rhoden	239
Introdução	239
As principais legislações nacionais e internacionais que regulam a proteção dos refugiados	241
O sistema de saúde pública no Brasil e o acesso de refugiados	245
Atuação do Estado brasileiro e da ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – em meio à epidemia do coronavírus	246
Considerações finais	248
Referências	249

Instruções para os Autores	251
----------------------------------	-----